



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: 7 - Questões agrária, urbana e ambiental.

Trabalho Social e Direito à Cidade: Desafios ao Serviço Social

Resumo

O artigo tem o objetivo de discutir desafios acerca da atuação de profissionais do Serviço Social inseridos na Política Habitacional de Interesse Social, tendo como campo de pesquisa a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB-PA). A partir de pesquisa documental, bibliográfica e realização de entrevistas com técnicos do Departamento Social da Secretaria. Teve como resultados para essa discussão os problemas referentes a gestão que afetam direta e indiretamente a atuação do assistente social da SEHAB, o processo de precarização do trabalho dos assistentes sociais e o necessário investimento em formação continuada.

Palavras-chave: Direito à moradia; Serviço Social; atuação profissional; SEHAB-PA; Região amazônica.

Social Work and the Right to the City: Challenges to Social Work

Abstract

The purpose of this article is to discuss the challenges of the work of Social Service professionals included in the Housing Policy of Social Interest, with the Municipal Housing Secretariat (SEHAB-PA) as a research field. From documentary research, bibliography and interviews with technicians of the Social Department of the Secretariat. The results of this discussion were management problems that directly and indirectly affect the work of SEHAB's social worker, the process of precarious work of social workers and the necessary investment in continuing education.

Keywords: Right to housing; Social Service; professional performance; SEHAB-PA; Amazon region.

Introdução

A forma mais elementar de desenvolvimento das cidades é através de grandes projetos urbanísticos, que são implementados com o discurso de “embelezar a cidade”, de “trazer melhorias para a população mais carente”, de “desenvolver a economia da população local” entre outros. Em contrapartida, há anseios da parte dos trabalhadores, por direitos de uma moradia digna, segura, com esgoto sanitário, água encanada. Direito de continuarem onde estão, porém com melhores condições de moradia e dignidade.

Por outro lado, articulam-se grandes empreendimentos que visam resgatar o direito à cidade para todos, contemplando famílias de pouco e/ou nenhum poder aquisitivo, com as Políticas Habitacionais implementadas no país desde a década de 1940 com a Fundação Casa Popular (FCP) até os dias atuais com a Política Habitacional de Interesse Social (PHIS).

De maneira geral, todos os autores que se ocupam em estudar a Política Habitacional, a reprodução do espaço e a questão da moradia, são urgentes em discorrer sobre a precisão de se conhecer antes a trajetória histórica no contexto de sociedade capitalista. Portela (2011) chama a atenção para a necessária análise de um contexto que compreenda as características de condição imperativa para a reprodução do capital e dos grupos sociais, e também do modo de vida da população, que vai muito além do que a relação econômica, ele engloba vários outros aspectos da esfera de vida humana.

Cruz (2012, p. 111-12) garante que “a política de industrialização brasileira e seus efeitos sobre o território atingiu de forma contundente o lugar de moradia, haja vista que um dos componentes da formação do Capital refere-se à força de trabalho que para reproduzir-se necessita do mínimo de condições materiais, dentre as quais a habitação torna-se indispensável”. Todavia, a industrialização no Brasil, como em várias partes do mundo, teve como consequência diversas expressões da “questão social”, algumas delas relacionadas a forma desordenada como foram ocupados o espaço urbano.

Em meio a isso, houveram processos de exploração social que se consolidaram no espaço amazônico, estruturaram cidades com características muito peculiares, no qual o homem criou vínculos fortes de sobrevivência com a natureza. Como boa parte das cidades amazônicas são envoltas de águas, em muitos locais as moradias foram erguidas em palafitas, a mobilidade ocorre por vias aquáticas, além das formas “tradicionais” de locomoção. Essas e outras particularidades caracterizam a cidade de Belém, no Estado do Pará, que tem sofrido processos muito intensos acerca da luta pela moradia.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo nº 182 tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, e o parágrafo 3º assegura que os imóveis só poderão ser desapropriados mediante prévia e justa indenização. No entanto, esse direito constitucional, acaba não sendo cumprido no decorrer dessas intervenções urbanísticas, na medida em que, quando se implantam esses projetos, a população é removida de sua casa, sem a indenização devida, com a segurança apenas do benefício do cheque-moradia onde seu valor é rapidamente defasado pelo mercado imobiliário e alguns moradores ainda relatam a questão do atraso no pagamento deste.

Em meio a isso, pode-se afirmar que um dos componentes essenciais na luta pelo direito à moradia digna é a atuação do trabalho técnico social, por dentro das políticas públicas de habitação e que tem em sua linha de frente o trabalho do assistente social, que objetiva não apenas garantir direitos como a moradia, mas também, contribuir com a autonomia política da população, fortalecimento dos movimentos populares e emancipação humana.

Logo, a ação do técnico social com formação em Serviço Social é contraditória, pois ao mesmo tempo em que precisa garantir os interesses da classe trabalhadora, precisam garantir, igualmente os interesses da instituição que estão inseridos, e dentro do Modo de Produção Capitalista, esses interesses são antagônicos e essa materialização dessa atuação pode ser encontrada na Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB-PA), na qual o técnico social formado em Serviço Social, articula estratégias diárias para mediar os conflitos existentes no contexto de direito à moradia.

O objetivo desse artigo é realizar uma reflexão acerca dos desafios da atuação de profissionais do Serviço Social que estão inseridos na Política Habitacional de Interesse Social, tendo como campo de pesquisa a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB-PA). A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, bibliográfica e realização de entrevistas com técnicos do Departamento Social da Secretaria e está dividido em: Introdução, que faz uma apresentação do trabalho; o primeiro tópico que discorre sobre a relação entre a produção capitalista do espaço e o direito à cidade na região amazônica; o segundo tópico, que apresenta o papel do Estado e do Serviço Social em meio ao conflito de classes e o direito à moradia digna; o terceiro e último tópico do desenvolvimento do trabalho, que discute o Serviço Social enquanto trabalho técnico social dentro da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB-PA), colocando em

evidência os dilemas para a atuação do assistente social; e finalmente, as considerações finais que sintetizam as reflexões do artigo.

A Produção do Espaço e o Direito à Cidade na Amazônia

Para compreender como as cidades capitalistas são moldadas é necessário partir do entendimento de que a (re)produção do espaço não é indiferente ao processo de mundialização do mercado e da mercadoria já predita por Karl Marx. O espaço tende a somar os resultados da interferência humana sobre a terra e é formado pelo espaço constantemente construído, que é também espaço produtivo (SANTOS, 2009).

Diversos pesquisadores no decorrer dos anos têm ratificado que o modo de produção capitalista se apropria do espaço como uma mercadoria que está acima de qualquer outra, pelo fato de não poder ser reproduzido como, por exemplo, os alimentos, o tecido, eletrodomésticos e etc., e essa limitação tem alavancado o espaço a um patamar muito cobiçado por diversos grupos, gerando conflitos de classes. Esse processo trouxe consequências irreversíveis para a qualidade de moradia da classe trabalhadora, no que tange a produção e reprodução das relações.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, quanto de sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 2008, p. 10).

Partindo disso, perceber o espaço em sua totalidade, principalmente em um contexto Amazônida, com inúmeras particularidades, e inserido no contexto de direito à cidade e à moradia digna, ainda é um desafio, pois a sua apreensão é feita de maneira fragmentada.

Levando em consideração essas particularidades da região amazônica, que traz consigo um conjunto de características peculiares como o modelo de casas ribeirinhas¹, que tem em sua base um conjunto de estacas que suspendem as casas do chão, pois são construídas sob as águas do rio ou em locais alagáveis pelo movimento da

¹ São os povos e comunidades que vivem às margens dos rios da Amazônia, em casas de palafitas e quando moram perto das cidades, normalmente são extremamente pobres e sofrem constantemente com problemas de poluição dos rios.

Maré, bem como, em bairros construídos em locais de baixadas², que moldam um formato de vida muito peculiar, que precisa de políticas urbanas e habitacionais que contemplem a singularidade dessa região, bem como profissionais que compreendam a dimensão que envolve esse território e as necessidades da população local, que diverge em vários pontos desse modelo de cidade global.

No entanto, os estudos têm mostrado que o modelo de produção e reprodução capitalista é uma forte tendência à elaboração de cidade global, com vistas ao turismo, ao “progresso”, a vender uma imagem futurista, sem desigualdades, limpa, mas a forma de atuação nos grandes empreendimentos é um modelo de cidade segregada, intensificando o acirramento da luta de classes, pois tomam como modelo de desenvolvimento estratégias elaboradas para cidades do sul e sudeste, e as aplicam na região Amazônica como um modelo geral a ser implementado.

O próprio modelo de política pública para moradia que são implementados nessa região, apresentam elementos que não podem ser descartados como: as diversas ilhas próximas da área central e a necessária relação com o rio, que absorvem um modo de vida muito característico, com um modelo de moradia peculiar, mas que são devastados para dar lugar a um modelo que não respeita o conhecimento adquirido que atravessa gerações e tampouco supre as reais necessidades dessas comunidades, transferindo-as suas moradias para longe do local de origem, modificando bruscamente sua forma de vida, de trabalho, gerando conflitos internos e externos.

Engels (2015) é muito fulgente ao afirmar que a problemática da moradia digna “é um produto necessário da forma burguesa de sociedade”. Vale refletir no que se refere a constante segregação socioespacial que sofrem e sendo progressivamente afastados dos centros das cidades para lugares longes e muito diferentes do de origem, acarretando outras problemáticas, sobre qual é a concepção de moradia digna assumida pelo Ministério das Cidades, e o modelo de participação popular inserido nesses empreendimentos.

Há quatro décadas é feita a crítica sobre a má localização dos conjuntos habitacionais populares e sobre a sua causa, que, que é a disputa pela renda imobiliária. Esses estudos produziram um sem-número de livros e teses que se

² São “planícies holocênicas denominadas de várzeas, palafitas ou baixadas, com níveis topográficos baixos holocênicos que vão de 0 a 4 metros de altitude. São áreas que sofrem inundações diárias, que se dão pela influência das marés ou de índices pluviométricos intensos. As várzeas estão presentes no entorno da baía do Guajará, do rio Guamá e baixos cursos dos igarapés que recortam a Região Metropolitana de Belém” (PIMENTEL, SANTOS, SILVA, GONÇALVES, 2012, p. 36).

referem à injustiça urbana, segregação territorial, produção da moradia informal, extensão horizontal urbana e insustentabilidade, especulação imobiliária, que deriva das características patrimonialistas da sociedade brasileira [...] A geração e captação da renda continua a orientar o crescimento urbano e a falta de controle sobre o uso e a ocupação do solo no Brasil (MARICATO, 2011, p. 70).

Maricato (2011) afirma que o Brasil tem uma base legal para enfrentar essa problemática, todavia parece ser mais urgente assegurar propriedades para o mercado de especulação imobiliária do que garantir moradia como um direito fundamental a quem, de fato, precisa. Quando essa base legal falha ou demora demais para dar respostas à população, o processo de reivindicação aumenta, aumentando também o acirramento de classes e a organização popular, requerendo assim, profissionais e/ou instituições que trabalhem na mediação de uma política habitacional que dê retorno a todos que reivindicam.

Conflitos de Classes e o Direito à Moradia: o Papel do Estado e do Serviço Social

Em meio aos conflitos relacionados a terra, o Estado é chamado a intervir como mediador e minimizador de problemas habitacionais, a partir de políticas sociais que reconheçam o grande déficit habitacional e trabalhe para amenizar essa problemática, daí surge a Política Habitacional de Interesse Social (PHIS) e dentro dela, a atuação do assistente social no trabalho técnico social.

Ao passo que a PHIS é uma política que objetiva democratizar o acesso à terra, tem uma política pública que está indiretamente sujeita às regras do mercado imobiliário, limitando assim, a autonomia do técnico social, para solucionar, no sentido de justiça social, a demanda por moradia, pois se encontra inserido em um contexto de onda privatizante – tanto de espaço, quanto de serviços, de informações e etc. (BRASIL, 2016).

Corrêa (1989) discorre que a intervenção necessária a resolver os problemas advindos dessa demanda, deve vir do Estado, que atua para mediar e minimizar os conflitos de classe. No entanto, os conflitos a serem mediados sofrem uma certa tendência em favor dos agentes dominantes (donos dos meios de produção e grandes proprietários) com pressões feitas junto ao Estado que, por sua vez, age com medidas de apoio policial, por exemplo, em processos que envolvam desapropriações forçadas, realizadas em ocupações espontâneas por grupos com pouco ou nenhum poder aquisitivo.

O Estado, que captura boa parte do excedente social e enquanto resposta a população no contexto de moradia-localização-urbanização, atende demandas da classe burguesa, o que contrasta com o desatendimento nas demandas das classes mais baixas, pois o urbano é expressão viva da forma de atividade econômica. É relevante mencionar que o papel do Estado capitalista é atuar como instrumento de dominação de classe.

Sendo assim, o Estado se organiza para sustentar a relação entre capital / trabalho, garantindo estabilidade do direito à propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, sendo que o cumprimento dos contratos garante a proteção dos mecanismos de acumulação, e atua na eliminação de barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho (HARVEY, 2005, p. 84).

Nesse cenário, pode-se perceber que as questões políticas e econômicas, por meio de seu modelo de desenvolvimento, refletem diretamente nas questões urbanas Amazônicas. A influência direta da ação pública sobre a vida da população vem causando mudanças substanciais na dinâmica de sua produção e reprodução social. Haja vista que as ações governamentais, de modo geral, possuem poder de regular a intervenção social tendo como limite e condicionante a questão econômica, política e social.

Esses rebatimentos que a população sofre advém de um modelo de construção de moradias que se materializa no modo como a localização dessas novas construções habitacionais está intimamente relacionada a um processo maior de produção do espaço urbano, que é conduzido por diferentes agentes e suas respectivas práticas espaciais, podendo revelar a natureza de uma série de conflitos (PORTELA, 2011). Logo, há uma lógica que permeia a localização de moradias produzidas em determinados subespaços e a esta lógica vincula-se diretamente ao preço dos terrenos e ao poder aquisitivo dos futuros moradores das unidades habitacionais e em meio a isso, o assistente social, como técnico social, deve atuar de maneira estratégica para garantir direito a moradia digna, ao mesmo tempo em que está subordinado do Estado.

Para entender melhor essa discussão da atuação do assistente social no trabalho técnico social, tomou-se como campo de reflexão a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB-PA), com o intuito de dar visibilidade ao Serviço Social e determinados desafios a serem superados pela incompatibilidade da atuação profissional a partir do projeto profissional e do modelo institucional vigente.

Trabalho Técnico Social e Serviço Social: dilemas para atuação na SEHAB-PA

É perceptível que a política habitacional no Brasil apresentou “diferentes” formulações, experiências e concepções diversas até chegar ao atual modelo vigente, cujo marco foi a criação do Ministério das Cidades com a Lei nº 10.683, em 2003, que se constituiu como uma conquista inovadora no “saber-fazer” das políticas urbanas do país devido a mobilização e pressão nacional de movimentos pelo direito à cidade e, posteriormente, a sua criação iniciou o processo de reestruturação institucional da política habitacional no Brasil, agora no âmbito da política urbana (CRUZ, 2012, p. 118).

Diante de tantas políticas inseridas no contexto de “inclusão social” é essencial um olhar mais atento ao debate acerca do trabalho social na PHIS, pois é um componente essencial da política habitacional e urbana. Esse trabalho social consiste em um conjunto de ações que são ao mesmo tempo democráticas, organizativas e educativas, e que precisam incentivar a participação popular, isso tudo perpassando uma orientação ética e política.

Sobre a atuação do assistente social dentro do trabalho social, Iamamoto (2015, p. 77-8) demonstra que é papel desse profissional defender os direitos humanos a qualquer custo, mas que isso traz como contraponto “a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio”, e é necessário haver uma direção do trabalho do Serviço Social que seja permeada por ações democráticas, reforçando, de fato, a democracia na vida social. Nesse sentido, afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, resistindo e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva.

Portanto são imprescindíveis o uso e a manutenção de instrumentais na atuação do técnico social em suas ações, bem como essas ações devem estar em consonância com a constante capacitação e formação continuada dos profissionais e técnicos atuantes.

Para Iamamoto (2015), o trabalho social tende a aumentar a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade das famílias, iniciando-se a discussão de programas de geração de trabalho e renda e projetos de educação ambiental associados ao trabalho social na habitação de interesse social.

Atualmente, o Estado exige a inserção do profissional de Serviço Social no âmbito da política habitacional e, geralmente, os profissionais atuam no interior de programas e projetos de caráter habitacional que destinam-se a população de baixo poder

aquisitivo. Estima-se que na área urbana o assistente social deve priorizar intervenções direcionadas à classe trabalhadora, além disso, para execução de suas ações no âmbito da política de habitação de interesse social, a categoria efetiva suas ações a partir do Trabalho Técnico Social (TTS).

Assim, cabe elencar o trabalho do assistente social no espaço urbano, tal como os entraves e estratégias que permeiam a atuação da categoria na concessão da política habitacional. Sendo assim, o assistente social no processo de viabilização destas políticas, consolida suas ações por TTS, neste contexto, o profissional elabora, acompanha, executa projetos e programas de cunho habitacional com o propósito de conceder infraestrutura e acessibilidade dos usuários aos serviços públicos.

Esse trabalho deve seguir alguns eixos que são fundamentais para a efetivação do TTS, uma vez que este é marcado por etapas que se destinam a garantir condições de emprego, renda e educação dos usuários de ações dos programas e projetos em execução. Os eixos são: Mobilização e comunicação; Participação e organização comunitária; Empreendedorismo; Educação sanitária e ambiental; Remoção e Reassentamento.

As ações realizadas por meio do trabalho social seguem parâmetros estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, que repassa às equipes técnicas direcionamentos que eram instituídos pelo Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), mas que em 2014, mudou a partir da Portaria nº 21, e passa a ter os eixos: Mobilização, organização e fortalecimento social; Acompanhamento e gestão social da intervenção; Educação ambiental e patrimonial; Desenvolvimento Socioeconômico, respeitando a característica de cada empreendimento.

A Portaria nº 21, de janeiro de 2014, é concebida como um instrumento imprescindível na construção de ações direcionadas à comunidade beneficiária, além de auxiliar a sistematização das atividades da equipe técnica social envolvida no processo de consolidação dos programas de desenvolvimento urbano promovidos pelo Governo Federal.

É na perspectiva de promover a política pública municipal de habitação, que a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB-PA) realiza ações que têm o intuito de viabilizar o acesso ao direito à moradia e redução do déficit habitacional, no município de Belém. As demandas que chegam diariamente até o Departamento Social (DESO) da SEHAB-PA são as mais diversas, mas majoritariamente, são para esclarecimento ou amenização de determinadas situações ligadas à questão da moradia.

Geralmente, os assistentes sociais que constituem o quadro técnico da SEHAB encaminham suas ações de acordo com a análise das especificidades de cada área de atuação da secretaria. Assim, buscam identificar as problemáticas que afligem os usuários, para posteriormente elaborar, desenvolver e executar atividades que resolvam as demandas apresentadas pela população usuária.

O desenvolvimento do TTS deve estar de acordo com os princípios e diretrizes da política de habitação, além disso, é necessário abarcar os seguintes parâmetros para a intervenção: pressupostos teóricos; diretrizes operacionais; processos e técnicas de abordagem, que são primordiais para dar suporte a atuação do TTS (BRASIL, 2010).

Para retratar as ações do assistente social no âmbito da SEHAB – convém expor as frequentes intervenções que constituem o Trabalho Técnico Social tanto no interior quanto fora do espaço da Secretaria. Deste modo, cabe frisar como estes eixos, citados anteriormente, estão estruturados nas etapas de desenvolvimento do TTS pela SEHAB, bem como as ações estabelecidas por cada um. Acerca dessas ações, fundamentais para o encaminhamento do TTS, destaca-se:

a) Estudo e diagnóstico da área de intervenção; **b)** Elaboração e planejamento da intervenção; **c)** Participação, mobilização e organização da comunidade; **d)** Informação, formação e capacitação da comunidade; **e)** Acompanhamento social; **f)** Avaliação das intervenções realizadas.

Esse modelo carrega uma problemática por trazer à tona certos dilemas do Serviço Social dentro da Secretaria, que tem relação direta com a gestão. Algo muito instigante na SEHAB é que não se visualiza um comprometimento por parte da atual gestão da Secretaria em averiguar como se configura o trabalho do assistente social acerca das suas atribuições, tendo o técnico social como mero executor da política habitacional, e isso se dá por alguns fatores.

Resgatando o debate sobre o Estado, registra-se que essa intervenção no espaço urbano e no encaminhamento das políticas, sabe-se que ele age prioritariamente visando os interesses do capital, porém, suas ações também são direcionadas para atendimento das necessidades da população usuária da política, claro, é importante frisar, que a resolução das demandas apresentadas pela classe trabalhadora acaba tendo um grau menor de prioridade, mas ainda sim existem possibilidades de atendimento. Assim, pode-se compreender que

A dinâmica do funcionamento do estado capitalista, a existência de contradições, assim configuradas: a máquina estatal serve amplamente aos interesses da classe dominante, mas a sua própria universalização exige que ele dê atenção à sociedade como um todo. Assim, da mesma forma que ele ajuda a explorar os trabalhadores, tem de atender as suas reivindicações (PEREIRA, 2011, p. 123).

Nesse contexto, e pelo fato da maioria dos técnicos possuírem cargos de chefia, não sendo concursados, essa situação coloca o técnico em uma posição de limitações quando se leva em consideração o seu Código de Ética Profissional, no qual é chamado a atuar em prol da classe trabalhadora. No entanto, tendo em vista o Estado é o maior empregador do profissional do Serviço Social, o assistente social enfrenta um dilema de, além de desenvolver seu trabalho garantindo interesses da classe trabalhadora, deve garantir ainda interesses institucionais, posto que essa categoria é também classe trabalhadora e existe uma hierarquia e regras a seguir, o que remete aos estudos de Yamamoto (2015) a qual explica a “relativa autonomia” dessa categoria na viabilização de políticas públicas.

A gestão também demonstra não atentar para algo percebido na entrevista, referente ao entendimento do profissional em relação a materialização do trabalho técnico social, já que este depende da apreensão “do que é” a política de interesse social no município de Belém. Portanto, como a lógica das instituições públicas hoje segue a linha das instituições privadas de cumprir metas, o assistente social se encontra em uma posição de mero executor da política na perspectiva que atenda aos interesses e necessidades de ambos os seguimentos sociais.

No processo de mediação de interesses dos dois lados, vê-se um profissional refém da gestão e de suas normas burocráticas, um técnico engessado que atua com receio de sofrer represálias, já que assumir um cargo temporário e continuar no “emprego” depende de fatores alheios a sua formação e até mesmo de seu posicionamento partidário em relação a atual gestão da Secretaria (com exceção dos técnicos concursados).

Ainda sobre essa apreensão dos técnicos sociais acerca da política habitacional de interesse social. No entendimento dos técnicos da SEHAB, a PHIS se “perdeu no tempo” e que nos dias de hoje essa política passou por diversas mudanças e “já não é mais a mesma da que foi implementada há alguns anos” (ENTREVISTADO 1, 2017).

Ao que refere ao processo de precarização no ambiente profissional, lista-se: a falta de logística para a atuação; a equipe altamente reduzida para um número

exorbitante de usuários; o excesso de trabalho decorrente da grande demanda; a falta de tempo para a formação continuada como o objetivo de manter o conhecimento atualizado.

Um ponto importantíssimo referente a ação desse profissional que deve ser explanado é que: identificou-se a necessidade de um espaço apropriado para a realização do sigilo profissional que, segundo o Art. 1º da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 493

É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer [...] Art. 2º- O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas; d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado [...] Art. 3º- O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo (CFESS, 2006, p. 1-2).

No interior da SEHAB-PA, os assistentes sociais não possuem sala privativa para atendimento dos usuários, o que acarreta em exposição contínua do usuário, além de interferir diretamente na qualidade do atendimento, pois os usuários estão em situação de expor suas mazelas sociais e o estar em um ambiente que não é adequado, constrange o atendido, causando um “bloqueio” em relatar a sua situação.

Por isso, a concretização do sigilo profissional é um fator imprescindível na relação entre o profissional de Serviço Social e os usuários atendidos pelos programas e/ou projetos da Secretaria, uma vez que “o sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (BRASIL, 2012, p. 35).

Percebe-se que os inúmeros desafios para a atuação do profissional de Serviço Social têm relação direta e/ou indireta com o modelo de gestão implementado na Secretaria e que advém de um modelo pré-determinado por “orientações” do Ministério das Cidades, pois são implementados como orientações, porém, exigem relatórios e documentos comprobatórios que exigem uma consonância entre as orientações e as formas de atuação.

Considerações Finais

É terreno muito delicado pensar em resolver a problemática da moradia em um modelo de produção que se alimenta da desigualdade e da segregação porque é dessa contradição que se mantém o interesse de um seletivo grupo. Há mais de um século, em 1872, Engels nos mostra que estagnamos no que se refere a resolução do problema da moradia, demonstrando que não se pode ser resolvido no sistema vigente, pois existe “a intenção de defender o modo de produção capitalista e conservá-lo a qualquer preço, bem como dissimular a especulação e os antagonismos de classe. O Estado burguês não quer e não pode eliminar a miséria habitacional” (ENGELS, 2015, p. 17).

No entanto, o Estado, por seu papel, precisa dar respostas às demandas populacionais e, portanto, em um terreno tão conflituoso como a luta pelo direito à cidade é primordial que instituições públicas, como a SEHAB estabeleça parâmetros para superação dos entraves que dificultam o trabalho do assistente social, abrindo o debate para as especificidades da região amazônica, bem como, dos técnicos sociais que possuem outra formação, no que tange a questão urbana.

Mas a atuação profissional nesse espaço institucional exige uma atuação por dentro do trabalho técnico social, que apresenta um modelo em que tanto permite certa autonomia do assistente social, quanto limita certas formas de atuação, impossibilitando um modelo de exercício profissional de criação coletiva (BRASIL, 2016)

Em virtude dos fatos mencionados, é importante elucidar os elementos constitutivos da relação existente entre a questão urbana e política, com ênfase nas rotinas de formação continuada para os técnicos sociais, visa dar subsídios para pensarmos, de maneira mais ampla, alguns problemas presentes no cotidiano dos desafios do Serviço Social na política urbana contemporânea.

É nesse universo de complexidade que o trabalho técnico social envolve a relação da questão urbana com a política que se insere a cidade, a moradia digna no seu cotidiano ao estabelecimento de organizações populares, na perspectiva que ultrapassa a garantia de direitos e contribui para as conquistas de emancipação política da população atendida.

Referências

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana**: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2016.

_____. Ministério das Cidades / Aliança de cidades / PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. (org.) **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. 2. ed. Brasília, 2010.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas**: segregação social e moradia em Belém e Manaus. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PIMENTEL ET AL. A ocupação das várzeas na cidade de Belém: causas e consequências socioambientais. **Revista Geonorte**, v. 3, n. 5, p. 34 - 45, nov. 2012.

PORTELA, Roselene de Souza. **Políticas habitacionais em Cidades Amazônicas**: Belém e São Luís na perspectiva comparativa. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

SANTOS, Milton. Prefácio/Introdução. (9-16). In: _____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.